



MEMÓRIA DA 34ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Data: 8 de junho de 2017

Horário: 9h00

Local: Sala de Reuniões Plenária do MME, 9º andar, Brasília-DF

1 - ABERTURA

O Presidente do Conselho Nacional de Política Energética – CNPE, Ministro de Estado de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, fez a abertura da 34ª Reunião Ordinária de 2017, cumprimentando as autoridades presentes e apresentando o novo membro do Conselho, o representante dos Estados e do Distrito Federal, Dr. José Eduardo Faria de Azevedo - Secretário de Estado de Desenvolvimento do Espírito Santo desejando-o boas-vindas.

Em seguida, aprovou, juntamente com os membros do Conselho, a Memória da 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 11 de abril de 2017, e passou ao exame dos assuntos da Pauta, sugerindo a sua inversão para começar com a apresentação do item que trata da política de biodiesel, em atendimento a solicitação do Conselheiro do Ministério da Agricultura, Ministro Blairo Maggi, passando, em seguida, para os demais assuntos que carecem de aprovação do Conselho.

2 – MATÉRIAS PARA APROVAÇÃO DO CONSELHO

O Secretário de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, Márcio Félix Carvalho Bezerra, apresentou proposta de Resolução que trata das diretrizes estratégicas para a política de biocombustíveis, cria o Comitê de Monitoramento do Abastecimento de Etanol e o Comitê de Monitoramento do Abastecimento de Biodiesel.

Segundo o Secretário, o estabelecimento das diretrizes tem por objetivo expandir a produção de biocombustíveis, baseada na previsibilidade, na sustentabilidade ambiental, econômica e social, e compatível com o crescimento do mercado, trazendo desenvolvimento regional a um terço dos municípios brasileiros participantes da produção, gerando mais de um milhão de empregos diretos, com contribuição superior a R\$ 150 bilhões, equivalente a 2,5% do PIB anual, reduzindo, ainda, a emissão de gás carbônico (CO²) na atmosfera em mais de um bilhão de toneladas.

Fazendo referência ao “RenovaBio”, o Secretário informou que o programa está apoiado em quatro eixos estratégicos: o papel dos biocombustíveis na matriz energética; o equilíbrio econômico, financeiro e socioambiental; as regras de comercialização; e os novos biocombustíveis. Informou que sendo aprovado a Resolução, o passo seguinte será a criação do Grupo de Trabalho – GT RenovaBio para proposição de medidas necessárias ao aprimoramento da legislação, tendo como princípios: a meritocracia; a certificação individual das unidades produtoras de biocombustíveis; a eficiência energética; a melhoria contínua da matriz de combustíveis; e a harmonização dos biocombustíveis com combustíveis derivados de petróleo.

Finalizando, o Secretário informou que o Ministério de Minas e Energia está ultimando tratativas junto aos produtores de biodiesel, distribuidoras e fabricantes de veículos automotores objetivando a possível antecipação, para março de 2018, da mistura de biodiesel ao diesel (B10) e que o assunto será em breve levado à apreciação do Conselho.

O Ministro Fernando Coelho Filho concedeu a palavra ao representante da Sociedade Civil, especialista em matéria de energia, Plínio Nastari que destacou a condução do tema pela Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. Ressaltou que o fortalecimento da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP é fundamental para o sucesso do RenovaBio, além disso, considerou oportuno aliar a política agrícola nacional à política energética, fortalecendo assim, as duas partes.

Por fim, destacou que em relação a possível antecipação, para março de 2018, da mistura de biodiesel ao diesel (B10), ser de extrema importância para o País, com a redução de divisas que no momento são elevadas com a importação de mais de um bilhão de litros de diesel por mês.

Em seguida, o Ministro Fernando Coelho Filho, concedeu a palavra ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Blairo Maggi, que inicialmente cumprimentou a todos e destacou o processo de produção de etanol utilizando o milho.

Segundo o Ministro, não há competição entre a cultura de milho para consumo alimentar e para produção de etanol. A crescente produção de milho no País carece de mercado, favorecendo, assim, o desenvolvimento do etanol que dará sustentação à agricultura no futuro. Ato contínuo, o Conselho deliberou pela sua aprovação.

O Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente, Marcelo Cruz, solicitou ao Presidente do Conselho a antecipação da apresentação da proposta de resolução que trata da Política de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural, tendo em vista outro compromisso representando o Ministro Sarney Filho. Destacou que a resolução é de interesse do Ministério do Meio Ambiente e informou que previamente foram feitos debates com os técnicos dos dois ministérios.

Em acatamento à solicitação, o Presidente do Conselho passou a palavra para o Secretário de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, Márcio Félix Carvalho Bezerra que apresentou a Política de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural, com a definição de suas diretrizes e orientação do planejamento e a realização de licitações, nos termos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010.

Segundo o Secretário, a motivação da proposta é aprimorar a política de exploração e produção existente para atração e a manutenção de investimentos, considerando as recentes alterações no cenário energético nacional e global: descobertas de petróleo e gás nos reservatórios do Pré-sal; oscilações do preço do petróleo no mercado mundial; impacto do êxito do não-convencional americano; responsabilidade socioambiental; reforço no planejamento das rodadas de licitações; e adequação às diferentes áreas com potencial de petróleo e gás (Pré-sal, Fronteira, PADs suspensos, Maduras, Terrestre e Gás). Ato contínuo, o Conselho deliberou pela sua aprovação.

O Subsecretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético, Moacir Carlos Bertol, na sequência dos assuntos da pauta, apresentou a proposta de Resolução que trata do estabelecimento de diretrizes relativas à aplicação de penalidades por falta de combustível para agentes de geração de energia elétrica e supridores de combustível.

O Subsecretário fez um relato histórico desde 2006, informando que o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, ao programar o despacho de Usinas Termelétricas – UTEs a gás natural, verificou o não atendimento ao comando, em virtude da indisponibilidade de combustível para essas usinas.

As penalidades, segundo o Subsecretário, atualmente são proporcionais ao Preço de Liquidação de Diferenças - PLD médio mensal, e as dificuldades identificadas foram que essas penalidades são

estranhas ao mercado de gás natural e de outros combustíveis, o que causa resistência de potenciais supridores.

Finalizando, informou que o Subcomitê SC8, do programa “Gás para Crescer”, avaliou o tema e decidiu propor ao CNPE a revisão dessas cláusulas de penalidades, endereçando diretrizes gerais e propondo a coordenação pelas Agências Reguladoras ANEEL e ANP, inclusive com realização de Consulta Pública. Ato contínuo, o Conselho deliberou pela sua aprovação.

O Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, Décio Oddone, apresentou a proposta de Resolução que altera o plano plurianual de rodadas de licitações de blocos para exploração e produção de petróleo e gás natural para o biênio 2018 - 2019, aprovado pela Resolução CNPE nº 10, de 11 de abril de 2017.

Segundo o Diretor-Geral, as alterações são necessárias em virtude da dinâmica do setor e também em atendimento às solicitações dos investidores. Para a Décima Quinta (Modalidade de Concessão), estão previstas a inclusão dos setores SSEAL-AUP1 e SSEAL-AUP2 da Bacia de Sergipe-Alagoas; o setor SPEPB-SP3 da Bacia de Pernambuco-Paraíba; e a antecipação do Setor SC-AP5 da Bacia de Campos. O Setor SC-AP4 (originalmente previsto para a Décima Quinta Rodada) foi postergado para a Décima Sexta Rodada, programada para o segundo semestre de 2019, e para a Quarta do Pré-sal (Partilha da Produção) foi proposta a extensão da área de Uirapuru para incluir a estrutura “Áries”. Não houve alterações para a Quinta do Pré-sal (Partilha da Produção). Ato contínuo, o Conselho deliberou pela sua aprovação.

O Secretário de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, Márcio Félix Carvalho Bezerra, apresentou a proposta de Resolução que estabelece diretrizes estratégicas para o desenvolvimento do mercado de combustíveis, demais derivados de petróleo e biocombustíveis, com o objetivo de embasar a proposição de medidas que contribuam para a garantia do abastecimento nacional.

O Secretário destacou que o “Combustível Brasil” está amparado em quatro pilares estratégicos: o redesenho do cenário de abastecimento; o fomento a novos investimentos; as regras de acesso e desenvolvimento de infraestruturas associadas; e ao estímulo à competitividade. Contempla ainda, as seguintes diretrizes: incremento e diversificação da oferta interna de combustíveis e de derivados de petróleo; expansão da infraestrutura para garantia do abastecimento nacional de combustíveis, demais derivados de petróleo e biocombustíveis, com estímulo a modos de transporte mais eficientes; desenvolvimento de um mercado competitivo nos diversos elos da cadeia, com condições de oferta a preços de mercado para os combustíveis, demais derivados de petróleo e biocombustíveis; e transição para a nova configuração do mercado, sem prejuízo ao abastecimento de combustíveis, demais derivados de petróleo e biocombustíveis em todo o território nacional.

Por fim, o Secretário informou que a proposta cria o Comitê Técnico Integrado para o Desenvolvimento do Mercado de Combustíveis, demais Derivados de Petróleo e Biocombustíveis – CT-CB, que contará com a participação de diversas entidades governamentais, e de representatividade dos Setores envolvidos. Ato contínuo, o Conselho deliberou pela sua aprovação.

Na sequência dos assuntos da pauta, o Secretário de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, Márcio Félix Carvalho Bezerra, apresentou a proposta de Resolução que estabelece a participação da Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras nos blocos da Segunda e da Terceira Rodadas de Licitações sob o regime de Partilha de Produção.

O Secretário informou que o objeto da proposição da Resolução é o direito de preferência da Petrobras em atuar como operador em áreas licitadas sob o regime de partilha de produção, em conformidade com o disposto no art. 4º da Lei nº 12.351, de 2010.

Destacou que a Petrobras terá o direito de atuar como operador e possuir a participação mínima de 30% nos consórcios formados para exploração e produção na área adjacente ao Campo de Sapinhoá (Segunda Rodada) e das áreas de Peroba e Alto de Cabo Frio – Central (Terceira Rodada). Ato contínuo, o Conselho deliberou pela sua aprovação.

Dando continuidade aos assuntos da Pauta e de acordo com os termos regimentais, o Ministro Fernando Coelho Filho concedeu a palavra ao Diretor da Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, Claudio Akio Ishihara, que apresentou a Nota Técnica Conjunta nº 002/SDR-ANP/DCDP-SPG-MME, de 10 de maio de 2017, mensurando os efeitos da política diferenciada de preços de GLP comercializada em botijões de até 13 kgs, em cumprimento ao Acórdão nº 1409/2016-TCU-Plenário, que determinou ao CNPE, para que, em conjunto com a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis e o Ministério de Minas e Energia realizem estudos, em face do dever motivador de suas políticas regulatórias e tendo em vista o impacto nas contas da Petrobras, para quantificar os efeitos da política de diferenciação de preços no mercado de Gás Liquefeito de Petróleo no preço final do produto tipo P-13, introduzida pela Resolução CNPE nº 4, de 2005, de modo a demonstrar em que proporção a diferenciação de preços na compra do GLP pelas distribuidoras é repassada ao preço de venda final ao consumidor e de que modo tal medida contribui para a universalização do acesso ao produto. Ato contínuo, o Conselho deliberou pela sua aprovação.

3 – APRESENTAÇÕES

O Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético, Eduardo Azevedo Rodrigues, apresentou os resultados dos leilões de geração e transmissão de energia elétrica – resultados e perspectivas 2017. Informou que a três semanas atrás foi realizado o leilão para atendimento a carga de cinquenta e cinco comunidades isoladas do Estado do Amazonas, com 297 MW, investimentos da ordem de R\$ 1bilhão e deságio médio de 28%. Salientou que para o mês de setembro está previsto o leilão de quatro usinas hidrelétricas não prorrogadas, onde serão licitadas em dois lotes, o primeiro com a usina São Simão com 1.700 MW e o outro lote com três usinas com 1.222 MW, perfazendo um total de 2.922 MW, com contrato de trinta anos e uma expectativa de arrecadação de R\$ 11,05 bilhões de bonificação pela outorga.

Fez um breve relato sobre a política energética, destacando que a Lei nº 9.478, de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional e cria o Conselho Nacional de Política Energética, prevê princípios e objetivos que estão muito além da geração de atendimento a carga. Ressaltou que o Brasil possui um potencial de energia eólica, solar, biomassa, bioenergia e PCH, como um dos melhores do mundo e que boa parte desses recursos estão localizados em regiões de baixo índice de desenvolvimento humano, salientando, ainda, que promover energia renovável significa, também, promover desenvolvimento socioeconômico, ambiental e social. Enfatizou que há necessidade de recomposição de lastro e que há a oportunidade de substituição das térmicas a diesel e a óleo combustível, com vencimento nos próximos cinco anos, estando em estudo para o próximo semestre a realização de leilões de energia de reserva e de térmica a gás natural na base.

Dando seguimento à sua apresentação, o Secretário informou que está previsto para agosto de 2017 a realização do leilão de Mecanismo Competitivo de Descontratação de Energia de Reserva das fontes eólica, solar e PCH, com montante ainda a ser definido pelo Ministério de Minas e Energia, a partir de estudos efetuados pela Empresa de Pesquisa Energética – EPE. Salientou que foi realizado em 24 de abril de 2017, um leilão de transmissão (Leilão nº 05/2016-ANEEL), com 7.056 km de linhas,

capacidade de transformação contratada de 13.172 MVA e investimentos contratados na ordem de R\$ 12,7 bilhões.

Finalizando, comunicou ainda, que na área de transmissão, está prevista a realização de um leilão para o segundo semestre de 2017, com investimentos da ordem de R\$ 4,4 bilhões, e para o primeiro semestre 2018, a realização do leilão para religar os ativos da Abengoa, com investimento previsto de R\$ 10 bilhões, bem como outros leilões para o segundo semestre com investimentos da ordem de R\$ 7,7 bilhões.

O Secretário de Energia Elétrica, Fábio Lopes Alves, apresentou as Condições de Atendimento do Sistema Interligado Nacional – SIN período 2017/2021. Iniciou sua apresentação afirmando que estão asseguradas as condições de atendimento ao SIN para o período 2017 a 2021, destacando que as análises prospectivas de desempenho do sistema para o período apontam valores que estão em conformidade com o critério de segurança estabelecido pelo CNPE.

Segundo o Secretário, as premissas consideradas para a expansão da geração no período de 2017 a 2021, foram da ordem de 23.422 MW, com média anual de 4.684 MW, estando todas estas previsões contratadas. No que se refere à carga para o período, informou que foi estimado o crescimento médio de 3,6%, considerando o PIB médio anual de 2,0%.

Destacou, ainda, as condições hidrológicas críticas da região nordeste e as medidas excepcionais adotadas para o controle da vazão do Rio São Francisco e a adoção de medidas operacionais para o controle dos reservatórios das UHEs Sobradinho e Três Marias.

Em seguida, os membros do Conselho enfatizaram a necessidade de ações adicionais para contrapor a esta criticidade hidráulica na região nordeste, salientando a importância de se instalar usinas térmicas de base.

Dando prosseguimento aos assuntos da pauta, o Ministro Fernando Coelho Filho, concedeu a palavra ao Secretário Márcio Félix para apresentar os avanços da iniciativa e os próximos passos do Programa “Gás para Crescer” e sobre o Programa de Revitalização das Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás em Áreas Terrestres – REATE.

Fazendo referência ao Programa “Gás para Crescer”, o Secretário relatou sobre o andamento das atividades do Comitê Técnico para o Desenvolvimento do Gás Natural e o detalhamento dos pontos debatidos e suas respectivas propostas. Enfatizou que está em fase de preparação projeto de lei sobre os temas debatidos e decididos no Comitê.

No tocante ao REATE, o Secretário informou que a visão do programa é ter uma indústria de exploração e produção terrestre forte, competitiva, com produção crescente, com pluralidade de operadores e diversidade de fornecedores de bens e serviços. Destacou as frentes estratégicas: a consolidação, atração e diversificação de operadores; a adequação regulatória; e a disponibilidade de bens e serviços no Brasil.

Por fim, informou a situação atual do Programa, salientando que o relatório está em fase de consolidação das contribuições recebidas no âmbito da consulta pública, com prazo para conclusão em dezembro de 2017. Ressaltou, também, que está em fase de viabilização os fóruns regionais e os projetos piloto para não-convencionais.

O Ministro Fernando Coelho Filho comentou que o Brasil tem pouca expressividade em exploração de petróleo e gás natural em áreas terrestres, havendo necessidade de ampliar estas áreas de

exploração em terra. Destacou, também, o sucesso do recente leilão realizado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.

4 - ASSUNTOS GERAIS

O Secretário-Executivo do CNPE, José Wanderley Uchoa Barreto, deu ciência aos Conselheiros das Resoluções deliberadas *Ad Referendum* do Conselho e aprovadas pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, em 2017. Relembrou que foram aprovadas e publicadas três resoluções em 2017: Resolução CNPE nº 2, de 2 de fevereiro de 2017, que autoriza a realização da segunda rodada de licitações de blocos exploratórios de petróleo e gás natural sob o regime de partilha de produção na área do Pré-sal e aprova os parâmetros técnicos e econômicos dos respectivos contratos (publicada em 21 de março de 2017); Resolução CNPE nº 5, de 16 de março de 2017, que estabelece diretrizes para alteração da metodologia de cálculo do Preço de Referência do Petróleo pela Agência Nacional de Petróleo –ANP (publicada em 3 de maio de 2017) e; Resolução nº 12, de 12 de maio de 2017, que estabelece os parâmetros técnicos e econômicos de licitação de concessões de geração de energia elétrica (publicada em 17 de maio de 2017).

Finalizados os itens da pauta, o Presidente do Conselho concedeu a palavra aos Conselheiros.

O representante da Sociedade Civil, Plínio Nastari, fez algumas considerações destacando a questão da grande importação de etanol que vem ocorrendo no país, em razão, também causada pela sazonalidade na produção, e demonstrou preocupação sobre a questão de se envidar esforços no programa “RenovaBio” para estruturar o setor de biocombustíveis, em face da necessidade de se impulsionar a produção de etanol no Brasil, e solicitou esclarecimentos sobre a implementação por parte da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, a respeito da Resolução aprovada na última Reunião Extraordinária do CNPE, que trata da igualdade entre produtores e importadores de biocombustíveis.

O Diretor-Geral, Décio Oddone, esclareceu que os técnicos da agência já começaram a debater com o setor e a ideia é seguir a orientação de dar igualdade e isonomia a todos os agentes – importadores e produtores locais. Informou ainda, que não há nenhuma decisão consolidada em relação a revisão da Resolução ANP nº 67, e que o assunto ainda não foi levado à diretoria.

O Secretário-Executivo do Ministério da Integração Nacional, Mário Ramos Ribeiro, ressaltou a importância das Resoluções que foram aprovadas na reunião, salientando que essa é uma agenda positiva e merece divulgação para mostrar que o País não parou de trabalhar.

O Secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, Mansueto Almeida, destacou e parabenizou o excelente trabalho que vem sendo realizado pelo Ministério de Minas e Energia e a integração dos setores. Ressaltou que em várias oportunidades em que esteve frente a investidores, ouviu depoimentos positivos a respeito da gestão do setor de energia e mineração, e que as ações implementadas auxiliaram para o aumento da atratividade de investimentos.

O Presidente do Conselho, agradeceu e salientou que tem trabalhado incansavelmente para realizar, em conjunto com todos os atores envolvidos, os ajustes e adequações necessários para que os setores energético e de mineração continuem crescendo e melhorando a atratividade, ajudando o Brasil a voltar a crescer.

Com essas considerações, a reunião foi encerrada pelo Ministro de Estado de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, com registro do agradecimento à presença de todos os membros do Conselho e demais participantes.